



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO N. 11, DE 25 DE MAIO DE 2012

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno, "ad referendum" do Conselho de Administração, e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2012 na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização na internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei n. 101/2000.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ARI PARGENDLER

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO DE 2011 A ABRIL DE 2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ mil	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	708.930	12.868	721.798
Pessoal Ativo	486.038	8.233	494.271
Pessoal Inativo e Pensionistas	222.892	4.635	227.527
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, §1º da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	213.854	11.646	225.500
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	299	0	299
Despesas de Exercícios Anteriores	23.164	11.646	34.810
Inativos e Pensionista com Recursos Vinculados	190.391	0	190.391
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	495.076	1.222	496.298
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)			581.850.483
% do DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (IIIc/IV) x 100	0,085086%	0,000210%	0,085296%
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,224226%		1.304.660
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,213015%		1.239.427

FONTE: SIAFI

Notas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

SILVIO FERREIRA
Diretor-Geral

HAROLDO RODRIGUES COUTO
Secretário de Administração e Finanças

SUELY AMARAL DE MEDEIROS SANTOS
Secretária de Controle Interno